

■ Ana Luiza Nery ■ Antonio Carlos Marcato ■ Arruda Alvim ■ Atalá Carneira ■ Augusto César Lukeschek Prado ■ Benedito Cerezo Pereira Filho ■ Bruno Fortuna Verano ■ Bruno Miragem ■ Cezar Luiz Bandiera ■ Cristina Reindolff da Motta ■ Kazuo Watanabe ■ Luiz Guilherme Marinoni ■ Márcia Maria Milanez ■ Márcio Bellocchi ■ Rolf Madaleno ■ Ruy Pereira Camilo Júnior ■ Sérgio Cruz Arenhart ■ Sidnei Beneti ■

■ Antonio Carlos Marcato ■ Arruda Alvim ■ Atalá Carneira ■ Augusto César Lukeschek Prado ■ Benedito Cerezo Pereira Filho ■ Bruno Fortuna Verano ■ Bruno Miragem ■ Cezar Luiz Bandiera ■ Cristina Reindolff da Motta ■ Kazuo Watanabe ■ Luiz Guilherme Marinoni ■ Márcia Maria Milanez ■ Márcio Bellocchi ■ Rolf Madaleno ■ Ruy Pereira Camilo Júnior ■ Sérgio Cruz Arenhart ■ Sidnei Beneti ■

■ Silmara J. A. Chinellato ■ Silvio de Salvo Venosa ■ Simone Trento ■ Teresa Arruda Alvim ■ Thereza Alvim ■ Maria Inacema Martins do Vale ■ Marlon Tomazette ■ Nathália Braga ■ Osmar Mendes Paixão Cortes ■ Otavio Luiz Rodrigues Jr. ■ Elias Canal Freitas ■ Flávio Tartuce ■ Francisco de Assis Viégas ■ Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka ■ Gustavo Tepedino ■ Hugo Nigro Mezzilli

■ Paula Andrea Forgioni ■ Paulo Cezar Pinheiro Carneiro ■ Paulo Henrique dos Santos Lucon ■ Humberto Theodoro Júnior ■ Jane Azevedo Cortes ■ Jaqueline Mielke Silva ■ Jorge Amaury Maia Nunes

JOSÉ FLÁVIO BIANCHI  
 RODRIGO GOMES DE MENDONÇA PINHEIRO  
 TERESA ARRUDA ALVIM  
*Coordenação*

# JURISDIÇÃO E DIREITO PRIVADO

Estudos em homenagem  
 aos 20 anos da Ministra  
 Nancy Andrighi no STJ

Prefácio ARRUDA ALVIM

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
 TRIBUNAIS**

JOSÉ FLÁVIO BIANCHI  
RODRIGO GOMES DE MENDONÇA PINHEIRO  
TERESA ARRUDA ALVIM  
*Coordenação*

# JURISDIÇÃO E DIREITO PRIVADO

Estudos em homenagem  
aos 20 anos da Ministra  
Nancy Andrighi no STJ

Prefácio ARRUDA ALVIM

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	5
1. A CONSENSUALIDADE NA ARBITRAGEM E O PRINCÍPIO COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA .....	23
<i>Ana Luíza Nery e Rita Dias Nolasco</i>	
1. Breves palavras à homenageada.....	23
2. A consensualidade como mecanismo que atribui poder decisório ao árbitro .....	24
3. A convenção de arbitragem como produto da autonomia privada das partes e sua interpretação restritiva.....	27
4. A regra <i>kompetenz-kompetenz</i> e sua incidência no direito processual brasileiro .....	29
5. Bibliografia.....	32
2. ARBITRAGEM E URGÊNCIA: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO E DO ÁRBITRO PROVISÓRIO.....	35
<i>Antonio Carlos Marcato</i>	
1. Brevíssima introdução: duração do processo e prestação jurisdicional....	35
2. A dimensão temporal do processo judicial.....	36
3. O processo arbitral brasileiro e o necessário apoio do poder judiciário....	38
4. O tempo, a urgência e o processo arbitral .....	40
5. Da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça à Reforma da Lei de Arbitragem .....	43
6. Sobre o árbitro de emergência: o desenvolvimento do instituto nos regulamentos das principais câmaras de arbitragem brasileiras.....	47
7. Conclusões.....	49
Bibliografia.....	49
3. JURISDIÇÃO ESTATAL, ARBITRAGEM E AUTONOMIA PRIVADA.....	53
<i>Arruda Alvim</i>	
1. Introdução.....	53
2. A autonomia privada.....	55
3. A autonomia privada nas resoluções de conflito.....	61
4. Considerações finais .....	73

4.	DANOS MORAIS: 20 ANOS DE JURISPRUDÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	75
	<i>Atalá Correia</i>	
1.	Introdução.....	75
2.	Danos extrapatrimoniais.....	77
3.	Custos da litigiosidade sobre danos morais.....	80
4.	Perspectivas.....	85
5.	Conclusões.....	86
5.	ELE, O STJ, VISTO POR ELE, O CIDADÃO .....	87
	<i>Benedito Cerezzo Pereira Filho</i>	
1.	Introdução.....	87
2.	O prazer e o poder do <i>monstro</i> é ser monstro .....	88
3.	É preciso fazer a pergunta certa: a importância da pergunta!.....	91
4.	Processo civil justo.....	94
4.1.	O acesso ao STJ, a advocacia de “vala” e o cidadão “vulnerável”... ..	97
5.	Conclusões.....	101
	Referências bibliográficas .....	102
6.	LIBERDADE DE IMPRENSA E OS DEVERES JURÍDICOS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA: MODELO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL CONTEMPORÂNEO .....	105
	<i>Bruno Miragem</i>	
1.	Introdução.....	105
2.	Fundamentos jurídicos da liberdade de imprensa no Brasil.....	106
2.1.	Delimitação conceitual: liberdade e liberdades .....	107
2.2.	Limites ao exercício da atividade de imprensa .....	111
3.	Os deveres jurídicos dos órgãos veículos de comunicação social.....	112
3.1.	Dever de cuidado.....	114
3.2.	Dever de veracidade .....	118
3.3.	Dever de pertinência .....	120
4.	Considerações finais .....	122
7.	A INTERPRETAÇÃO CONSTRUTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ – OS DANOS MORAIS E AS IMPORTUNAÇÕES SEXUAIS NOS TRANSPORTES COLETIVOS: FORTUITOS INTERNOS OU EXTERNOS?.....	125
	<i>Bruno Fortuna Verano</i>	
1.	Introdução.....	125

2.	Dos fundamentos da responsabilidade civil .....	127
2.1.	Da responsabilidade subjetiva e a teoria da culpa .....	127
2.1.1.	Das matrizes éticas e filosóficas da teoria da culpa .....	128
2.2.	Da responsabilidade objetiva e das teorias dos riscos.....	129
2.2.1.	Da responsabilidade objetiva e a fundamentação na solidariedade .....	129
2.2.2.	Da imputação da responsabilidade civil objetiva baseada no exame da causalidade .....	131
2.2.3.	Da teoria do risco criado .....	132
2.2.4.	Dos fortuitos internos e externos e o rompimento do nexo causal.....	133
2.2.5.	Das peculiaridades do contrato de transporte: a obrigação de indenizar, mesmo se presente ato de terceiro.....	136
3.	A jurisprudência do STJ sobre os danos morais decorrentes de importunações sexuais e atos libidinosos nos transportes coletivos urbanos .....	137
4.	Conclusões .....	139
8.	A CONSTITUIÇÃO ATUAL DO GRUPO FAMILIAR E SUA REPERCUSSÃO NA SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA.....	141
	<i>Cezar Luiz Bandiera</i>	
1.	Introdução.....	141
2.	A evolução do conceito de família no ordenamento pátrio .....	143
3.	União estável .....	146
4.	A união homoafetiva .....	150
5.	Casamento “a três” .....	152
6.	Sucessão: aspectos gerais.....	152
6.1.	A sucessão legítima na união estável .....	153
6.2.	A sucessão testamentária.....	155
7.	Conclusão .....	157
	Referências bibliográficas .....	158
9.	A TUTELA DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO CIVIL COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	161
	<i>Cristina Reindolff da Motta e Jaqueline Mielke Silva</i>	
1.	A relação entre constituição/processo – em busca de uma nova dimensão para o Direito Processual Civil na sociedade contemporânea .....	162
1.1.	O problema da concretização dos direitos fundamentais .....	163
1.1.1.	A realização de direitos fundamentais por meio do procedimento no âmbito do direito processual civil .....	164

2.	A tutela de urgência como instrumento de realização de direitos fundamentais.....	166
2.1.	A tutela cautelar como forma de tutela preventiva.....	166
2.2.	A situação cautelanda como pressuposto da tutela cautelar.....	168
2.3.	A temporariedade como característica essencial da tutela cautelar....	168
2.4.	A iminência de dano irreparável.....	170
2.5.	A sumariedade da cognição.....	171
2.6.	Segurança da execução e execução para segurança.....	173
2.7.	Distinções entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	174
2.8.	A técnica processual da antecipação de tutela adotada pelo Direito Italiano.....	176
3.	A tutela de urgência no âmbito da execução civil e a efetivação de direitos.....	179
	Bibliografia.....	183
10.	INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS NOS TRINTA ANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: A HUMANIZAÇÃO DO JULGAMENTO EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	187
	<i>Elias Canal Freitas</i>	
1.	Os trinta anos do Superior Tribunal de Justiça.....	187
2.	A democratização das instituições pelo rigor do controle público da linguagem: a indispensável humanização do julgamento em tempos de inteligência artificial.....	194
	Bibliografia.....	198
11.	OS ALIMENTOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E AS CONTRIBUIÇÕES DA MINISTRA FÁTIMA NANCY ANDRIGHI.....	201
	<i>Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Flávio Tartuce</i>	
1.	Primeiras palavras.....	201
2.	<i>Os pressupostos da obrigação de prestar os alimentos familiares na atual jurisprudência superior. Do binômio ao trinômio alimentar.....</i>	202
3.	O debate na jurisprudência superior quanto à compensação dos alimentos.....	209
4.	Polêmicas sobre o art. 1.698 do Código Civil, quanto à convocação dos demais responsáveis pela obrigação de alimentos familiares.....	212
5.	Extinção da obrigação de alimentos em relação aos cônjuges, companheiros e filhos.....	218
	Referências.....	228

12. NOTAS SOBRE OS BENS COMUNS E O ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	229
<i>Gustavo Tepedino e Francisco de Assis Viegas</i>	
1. A efetividade dos direitos fundamentais sob a perspectiva da garantia de acesso aos bens: rumo a uma nova geração de direitos? .....	229
2. Da “tragédia dos comuns” a comprovação científica da viabilidade da gestão comum dos bens: novos paradigmas para a reflexão sobre o acesso aos bens a luz da precedência das situações jurídicas existenciais sobre as situações jurídicas patrimoniais.....	234
3. O direito autônomo de acesso aos bens comuns e a necessidade de arranjos institucionais que viabilizem a gestão comum .....	239
4. O acesso à água e a sua qualificação como bem comum no Recurso Especial nº 1.616.038.....	241
5. O acesso à saúde e o mercado de genéricos no Recurso Especial nº 1.721.711.....	244
6. A ocupação de bens ociosos e a sua utilização para o desenvolvimento de atividades socialmente relevantes: Recurso Especial nº 1.296.964....	245
7. O acesso a bens públicos de uso comum do povo: preservação da função do bem de uso comum no Recurso Especial nº 1.135.807.....	247
8. Notas conclusivas: perspectivas emancipatórias da pessoa humana na trama interdisciplinar entre direitos fundamentais, acesso e bens comuns.....	248
13. O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO COLETIVO .....	249
<i>Hugo Nigro Mazzilli</i>	
1. O processo coletivo .....	249
2. O Ministério Público no processo coletivo .....	251
3. A causa e a finalidade da atuação do Ministério Público .....	252
4. A obrigatoriedade da atuação ministerial.....	253
5. A atuação do Ministério Público no processo coletivo.....	254
6. Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte.....	257
7. A defesa de interesses individuais .....	258
8. A defesa de interesses de grupos .....	258
9. O Ministério Público como réu.....	261
10. A falta de intervenção do Ministério Público .....	262
11. O Ministério Público e a litigância de má-fé .....	265
Bibliografia.....	267

14. O CONTRATO DE SEGURO E A PRESCRIÇÃO.....	269
<i>Humberto Theodoro Júnior</i>	
1. Introdução.....	269
2. As inovações do Código Civil de 2002.....	270
3. O prazo prescricional da pretensão nascida do descumprimento do contrato de seguro pela seguradora.....	271
4. Contagem da prescrição a partir do “fato gerador” da pretensão nascida do contrato de seguro.....	272
5. Papel da comunicação do sinistro dentro da dinâmica processual da cobertura securitária .....	272
6. O correto posicionamento do STJ sobre o tema inovado pela sistemática do CC/2002.....	274
7. Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro.....	276
8. Conclusões .....	278
15. OBRIGAÇÃO DE FAZER E PLANOS DE SAÚDE: A CONTRIBUIÇÃO DE NANCY ANDRIGHI PARA O SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA .....	281
<i>Jorge Amaury Maia Nunes</i>	
Palavras iniciais .....	281
Primeiros apontamentos.....	282
Conceito de obrigação .....	284
As obrigações de fazer e de dar: distinção e interferência do momento.....	287
A Homenageada Relatora .....	289
Bibliografia.....	293
16. SOBRE O PRAZO PRESCRICIONAL DAS PRETENSÕES FUNDADAS EM INADIMPLENTO CONTRATUAL: AS MUDANÇAS DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ E SEUS FUNDAMENTOS .....	295
<i>José Flavio Bianchi</i>	
1. Introdução.....	295
2. Da jurisprudência do STJ relacionada à prescrição .....	296
3. Dos elementos essenciais para a necessária distinção entre responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual.....	301
3.1. Do elemento normativo-literal .....	301
3.2. Do elemento lógico-sistemático .....	302
3.3. Do elemento axiológico-valorativo .....	304
4. Da redefinição da jurisprudência: novamente o prazo decenal.....	308



5.	Considerações finais .....	311
6.	Referências .....	312
17.	ACÇÕES COLETIVAS CONSUMERISTAS: QUESTÕES POLÉMICAS QUANTO A SUA CONTEMPORANEIDADE COM ACÇÕES INDIVIDUAIS, LITISPENDÊNCIA, CUSTEIO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS E SUA EXECUÇÃO ....	313
	<i>Jose Geraldo Brito Filomeno</i>	
	Introdução .....	314
1.	Breve histórico da tutela do consumidor .....	314
1.1.	Enfrentamento empírico das questões suscitadas .....	314
1.2.	A Tutela Difusa pela Lei nº 7.347/1985 .....	317
1.3.	Alguns casos concretos tratados à luz da Lei nº 7.347/1985 .....	319
2.	Interesses e direitos coletivos propriamente ditos .....	321
3.	Interesses e direitos individuais homogêneos de origem comum .....	323
3.1.	O caso da explosão em shopping center .....	323
3.1.1.	Concomitância de ações individuais .....	324
3.1.2.	Suspensão do prazo prescricional .....	325
3.1.3.	Mandado de segurança coletivo .....	326
3.1.4.	Política judiciária em face de milhares de feitos individuais em confronto com feitos coletivos .....	328
3.2.	O acidente com o Fokker da TAM .....	328
4.	Custeio de perícias .....	330
5.	Catálogo de inquéritos civis e ações civis públicas .....	332
6.	Execução das sentenças em feitos que tratam dos interesses e direitos individuais homogêneos .....	333
6.1.	Dispositivos aplicáveis no Código de Defesa do Consumidor .....	333
6.2.	Casos do direito comparado .....	336
6.3.	O caso Dalkon Shield .....	337
6.3.1.	Sumário dos fatos .....	337
6.3.2.	Universo de interessados .....	338
6.3.3.	Dalkon Shield Claimants Trust .....	338
6.3.4.	Considerações dos membros da comissão .....	338
6.3.5.	Falência precipitada .....	339
6.3.6.	Impossibilidade de indenizações milionárias .....	339
6.3.7.	Forma de identificação das vítimas e cálculos das indenizações .....	339
6.3.8.	Prazo final – <i>deadline</i> .....	340

6.3.9. Tipos de indenizações.....	340
6.3.10. Conclusões do artigo sumariado e traduzido .....	340
6.4. A jurisprudência brasileira .....	342
6.4.1. Aumentos abusivos de tarifas de ônibus.....	343
6.4.2. Produto com qualidade inferior à informada nos rótulos: massas alimentícias .....	343
6.4.3. Leite líquido em quantidade menor em embalagem plástica....	344
6.4.4. Sonegação de medicamentos .....	344
Conclusões .....	346
Referências.....	348
18. TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL E OS EFEITOS DOS RECURSOS: PONDERAÇÕES NECESSÁRIAS .....	349
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
1. Introdução.....	349
2. Tutela provisória de urgência incidental <i>concedida initio litis</i> e no curso do processo: cabimento de agravo de instrumento (art. 1015 do CPC) ...	350
3. Tutela provisória de urgência na sentença – Cabimento de apelação com pedido de efeito suspensivo também em relação a este capítulo .....	352
4. Tutela provisória de evidência e seus momentos: esvaziamento do efeito suspensivo <i>ope legis</i> da apelação .....	357
5. Conclusões.....	361
6. Referências .....	363
19. AS INTERLOCUTÓRIAS E OS RECURSOS. NOTAS SOBRE HISTÓRIA E VARIAÇÕES JURISPRUDENCIAIS RECENTES.....	367
<i>José Miguel Garcia Medina</i>	
20. A LINGUAGEM DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....	389
<i>Judith Martins-Costa</i>	
Introdução .....	389
Primeira Parte: Da ilicitude (antijuridicidade), da culpa e do risco .....	395
(1) A ilicitude e a culpa.....	396
(2) O risco.....	402
Segunda Parte: Do dano e do nexa causal.....	406
(1) O dano.....	407
(2) O nexa causal.....	410

21. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS (MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO).....	419
<i>Kazuo Watanabe</i>	
22. PAUTAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UM PRECEDENTE.....	423
<i>Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart</i>	
1. A questão.....	423
2. “Razões determinantes” e “razões outras” ( <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> ).....	424
3. A delimitação dos fatos, fundamentos de direito, diretivas de interpretação e opções valorativas que dão conteúdo ao precedente .....	428
4. Os fatos do precedente .....	430
5. As teses jurídicas .....	432
6. As diretivas de interpretação e opções valorativas .....	433
7. A importância da exata consideração dos votos na formação do precedente .....	437
23. O PROCESSO CIVIL E A ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	441
<i>Márcia Maria Milanez</i>	
1. Introdução.....	441
2. Dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos.....	443
3. Da audiência de conciliação e mediação .....	446
4. Conclusão .....	447
Referências bibliográficas .....	448
24. BREVES REFLEXÕES SOBRE O ART. 607, CPC.....	449
<i>Márcio Bellocchi</i>	
1. Introdução.....	449
2. Da decisão, gênese destas reflexões.....	450
3. Das hipóteses de fundamento para a Ação de Dissolução Parcial de Sociedade (ADPS) .....	452
4. Da natureza da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade (ADPS) .....	455
5. O art. 607, CPC – Algumas reflexões .....	458
6. Bibliografia.....	464
25. A ELEVAÇÃO DOS PADRÕES DA JURISPRUDÊNCIA PELOS TRIBUNAIS: UMA ANÁLISE DOS DEVERES PREVISTOS NO ARTIGO 926 DO CPC.....	465
<i>Maria Iracema Martins do Vale</i>	
1. Introdução.....	465

2.	Dever de uniformização .....	466
3.	Dever de estabilidade .....	469
4.	Dever de integridade .....	472
5.	Dever de coerência .....	476
6.	Conclusão .....	478
	Referências bibliográficas .....	479
26.	O DEVER DE MITIGAR O PRÓPRIO PREJUÍZO NO DIREITO BRASILEIRO....	481
	<i>Marlon Tomazette</i>	
1.	Introdução.....	481
2.	A obrigação como processo.....	482
3.	O princípio da boa-fé objetiva.....	483
4.	Funções da boa-fé objetiva.....	486
4.1.	Função interpretativa da boa-fé.....	487
4.2.	Limitação do exercício de direitos subjetivos pela boa-fé.....	488
4.3.	Função Integrativa: criação de deveres.....	491
4.3.1.	Deveres de proteção e cuidado .....	493
4.3.2.	Deveres de esclarecimento e informação .....	494
4.3.3.	Deveres de lealdade e cooperação.....	495
5.	Dever de mitigação do próprio prejuízo.....	495
6.	Referências bibliográficas.....	499
27.	O CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA PARA FAZER CUMPRIR DECISÃO EM RECURSO REPETITIVO – ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	503
	<i>Osmar Mendes Paixão Côrtes</i>	
1.	Delimitação do tema .....	503
2.	A desconstituição da coisa julgada pela ação rescisória .....	503
3.	As decisões em recursos repetitivos .....	507
4.	O cabimento da ação rescisória para impor o cumprimento ao padrão decisório firmado em recurso repetitivo .....	511
	Referências Bibliográficas .....	518
28.	A POSSE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PRINCIPAIS INOVAÇÕES.....	521
	<i>Otávio Luiz Rodrigues Jr. e Augusto César Lukascheck Prado</i>	
	Introdução .....	521
1.	Antecedentes histórico-dogmáticos da posse no direito brasileiro: conceito e teorias da posse .....	522

2.	A posse e sua regulação jurídica no Novo Código de Processo Civil: panorama geral das mudanças normativas.....	526
3.	Efeitos específicos dos câmbios normativos da posse no Código de Processo Civil de 2015.....	527
3.1.	Cumulação de pedidos (art. 555, CPC/2015).....	527
3.2.	Caução (art. 559, CPC 2015).....	529
3.3.	Litígios possessórios coletivos (art. 554, §§ 1º a 4º e art. 565, CPC/2015).....	531
	Conclusões.....	536
29.	MARCA, CONCORRÊNCIA E JURISDIÇÃO.....	539
	<i>Paula Andrea Forgioni e Ruy Pereira Camilo Júnior</i>	
1.	Uma homenagem necessária.....	539
2.	Atividade jurisdicional e concorrência.....	540
3.	Parâmetros interpretativos no Direito Marcário.....	542
3.1.	Música e jurisdição como atividades de intérpretes.....	542
3.2.	Interpretação finalística da lei de propriedade industrial: a multi-dimensionalidade da função econômica das marcas.....	542
3.3.	Interpretação sistemática do direito marcário: a compatibilização da natureza absoluta dos direitos reais com a função concorrencial... ..	544
4.	Precedentes inovadores da Ministra Andriighi no direito marcário.....	546
4.1.	A dispensa da prova de danos materiais nas ações por contrafação ... ..	546
4.2.	Da colidência entre marca e nome empresarial.....	547
4.3.	A percepção das mutações semânticas das marcas.....	549
30.	ACESSO À JUSTIÇA: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	555
	<i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro</i>	
1.	Introdução.....	555
2.	A evolução das perspectivas sobre o acesso à justiça: o passado e o presente.....	556
3.	Perspectivas para o futuro.....	557
3.1.	Resultados das pesquisas: breve comparativo.....	557
4.	Conclusão.....	564
31.	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O FUTURO DO PROCESSO.....	567
	<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i>	
1.	Introdução.....	567
2.	Solução consensual dos conflitos e a inteligência artificial.....	568

3.	Inteligência artificial e a racionalidade na aplicação do direito .....	572
4.	Proposições e advertências à guisa de conclusão .....	578
	Referências bibliográficas .....	579
32.	NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO DO CONSUMIDOR A PARTIR DE JULGADOS DE RELATORIA DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI.....	581
	<i>Renata Silva, Nathália Braga e Jane Azevedo Cortes</i>	
1.	Introdução.....	581
2.	Do Papel do Comerciante na Prestação do Serviço de Assistência Técnica para Reparo do Vício do Produto (Art. 18, <i>caput</i> e § 1º, do CDC) .....	583
3.	Da aquisição de produto do gênero alimentício em condições impróprias para o consumo .....	587
4.	Do Reembolso aos Consumidores pelos Planos de Saúde por Utilização de Rede não Credenciada até o Limite do Contrato .....	590
5.	Considerações finais .....	594
	Referências bibliográficas .....	596
33.	SIGNIFICADO CONTEMPORÂNEO DE JURISDIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA... 597	
	<i>Rodolfo de Camargo Mancuso</i>	
1.	O sentido de <i>jurisdição</i> não foi e ainda não é homogêneo, assim na perspectiva espacial como na temporal.....	597
2.	O sentido de acesso à Justiça supera o de singelo <i>acesso ao Judiciário</i> .....	602
3.	A razoável <i>previsibilidade</i> da decisão judicial como elemento integrante do direito de acesso à justiça .....	606
34.	RECURSOS REPETITIVOS: TESE JURÍDICA E <i>RATIO DECIDENDI</i> ..... 611	
	<i>Rodrigo Barioni e Teresa Arruda Alvim</i>	
	Introdução .....	612
1.	Finalidade do julgamento de casos repetitivos.....	613
2.	A <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i> ) do precedente.....	616
3.	Tese jurídica produzida no julgamento de casos repetitivos .....	620
4.	A necessidade de coerência e integridade no sistema jurídico .....	622
5.	Conclusões.....	629
35.	RECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS QUE VERSAM SOBRE TUTELA PROVISÓRIA E SOBRE MÉRITO DO PROCESSO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: O CONTEÚDO DO ART. 1.015, I E II, DO CPC..... 631	
	<i>Rodrigo Gomes de Mendonça Pinheiro</i>	
1.	Considerações iniciais.....	631

2.	Breve contextualização acerca do regime recursal das decisões interlocutórias no novo CPC.....	632
3.	Decisão interlocutória que verse sobre tutela provisória.....	633
4.	Decisão interlocutória que verse sobre mérito do processo.....	638
5.	Conclusões.....	645
	Referências bibliográficas.....	647
36.	MEDIDAS PREVENTIVAS ENTRE CÔNJUGES, HERDEIROS E CONVIVENTES.....	649
	<i>Rolf Madaleno</i>	
1.	Conflitos pessoais entre cônjuges e conviventes.....	649
2.	Conflitos materiais entre cônjuges, conviventes, herdeiros e sócios.....	650
3.	Medidas preventivas de conflitos entre cônjuges, conviventes, herdeiros e sócios.....	653
4.	Ferramentas de planificação familiar e sucessória.....	654
5.	Os pactos antenupciais e os contratos de convivência.....	655
6.	O pacto sucessório.....	659
7.	Contratos sociais, estatutos e protocolos familiares.....	663
8.	Conciliação, mediação e cláusula de arbitragem.....	665
9.	Referências bibliográficas.....	667
37.	PANORAMA TEMÁTICO DO DIREITO PRIVADO NOS VINTE ANOS DE JURISDIÇÃO DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI NO STJ.....	669
	<i>Sidnei Beneti</i>	
1.	Vinte anos que mudaram o Direito Privado.....	669
2.	Transformações na ordem jurídica.....	670
3.	Direito Privado e Direito Processual Civil novos no Brasil.....	670
4.	Novo panorama temático no Direito Material.....	670
5.	Novo panorama temático no Direito Processual.....	672
6.	Alguns votos da Ministra Nancy Andrichi em julgamentos colegiados....	673
7.	Atuação da Ministra Nancy Andrichi.....	682
8.	Vocação jurisdicional.....	683
	Anexo Bibliográfico.....	684
38.	DIREITO E CINEMA. <i>BIG EYES: UM OLHAR SOBRE DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIREITO DE AUTOR</i> .....	691
	<i>Silmara J. A. Chinellato</i>	
	Introdução.....	691

1.	Apresentação do filme: dois temas jurídicos .....	693
2.	Nome da mulher casada .....	696
2.1.	Inovações do Código Civil .....	700
2.2.	Pseudônimo. Nome artístico .....	703
3.	Usurpação de autoria: direito moral de autor – a paternidade .....	704
4.	Conclusão .....	711
	Referências bibliográficas .....	711
39.	ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA .....	713
	<i>Silvio de Salvo Venosa</i>	
1.	Introdução.....	713
2.	Conteúdo do enriquecimento sem causa .....	714
3.	Uma fonte de obrigações.....	714
4.	Direito romano.....	715
5.	Sistema alemão e sistema francês .....	717
6.	Enriquecimento sem causa no direito brasileiro .....	718
7.	Requisitos do enriquecimento sem causa.....	719
8.	Aplicação do instituto do enriquecimento .....	720
9.	Objeto da restituição .....	721
10.	Ação <i>in rem verso</i> .....	722
10.1.	Enriquecimento.....	722
10.2.	Empobrecimento correlativo.....	722
10.3.	Ausência de causa jurídica .....	723
10.4.	Ausência de interesse pessoal do empobrecido .....	723
11.	A subsidiariedade da ação .....	723
12.	Síntese conclusiva. Prescrição.....	724
40.	DO CABIMENTO (OU NÃO) DE RECLAMAÇÃO PARA POSTULAR O CUMPRIMENTO DE TESE FIXADA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO .....	727
	<i>Simone Trento</i>	
1.	Introdução.....	727
2.	A previsão constitucional da reclamação .....	728
3.	A extensão jurisprudencial das hipóteses de cabimento da reclamação: a reclamação no caso de acórdão de turma recursal estadual que destoa da jurisprudência do STJ.....	731



4. O incremento positivo-constitucional das hipóteses de cabimento da reclamação: a Emenda Constitucional n. 45/2004 .....	733
5. O que mudou com a entrada em vigor do CPC de 2015 .....	735
6. Conclusão .....	742
41. ASSISTÊNCIA SIMPLES E LITISCONSORCIAL – ENTENDIMENTO À LUZ DO CPC/2015 .....	745
<i>Thereza Alvim</i>	